

MANNOM TAVARES DA COSTA
ROMUALDO CRISANTO EUFRAZIO

RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

**O PREPARO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL DE ATIVOS HUMANOS DA
MARINHA MERCANTE EM PLATAFORMAS DE PETRÓLEO NA
CONTRIBUIÇÃO DA DEFESA DA AMAZÔNIA AZUL COMO PARTE DO PODER
BRANDO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Escola Superior de Defesa, como exigência
parcial para obtenção do título de Especialista
em Logística e Mobilização Nacional.

Orientador: CMG MB Rogério Salles
Rodrigues da Silva.

Brasília
2021

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da Escola Superior de Defesa (ESD). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESD.

MANNOM TAVARES DA COSTA

ROMUALDO CRISANTO EUFRAZIO

MANNOM TAVARES DA COSTA
ROMUALDO CRISANTO EUFRAZIO

**O PREPARO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL DE ATIVOS HUMANOS DA
MARINHA MERCANTE EM PLATAFORMAS DE PETRÓLEO NA
CONTRIBUIÇÃO DA DEFESA DA AMAZÔNIA AZUL COMO PARTE DO PODER
BRANDO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Escola Superior de Defesa, como exigência
parcial para obtenção do título de Especialista
em Logística e Mobilização Nacional.

Orientador: CMG MB Rogério Salles
Rodrigues da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso **APROVADO:**

Brasília, DF, 17 de novembro de 2021.

ROGÉRIO SALLES RODRIGUES DA SILVA - CMG MB
Orientador

VIVIANE MACHADO CAMINHA - Prof. Dr.
Coordenadora do TCC CLMN 2021

O preparo da Mobilização Nacional de ativos humanos da Marinha Mercante em plataformas de petróleo na contribuição da Defesa da Amazônia Azul - Poder Brando

Mannom Tavares da Costa¹
Romualdo Crisanto Eufrazio²

RESUMO

Este relatório tem por objetivo sobrepujar a importância no preparo da mobilização de ativos humanos para uma logística otimizada em tempos de crise do país, seja para composição da elasticidade das Forças Armadas e também para a manutenção do transporte mercantil, para o poder econômico do Estado. O Brasil, país continental com dimensões territoriais que ultrapassam 12 milhões de quilômetros quadrados, incluindo a ampliação da área jurisdicional marítima de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, e com uma população de 213 milhões de habitantes (IBGE,2021), deve estar preparado para incrementar rapidamente os meios humanos e materiais disponíveis para acionar medidas de resguardo patrimonial, das linhas de comércio marítimo, espaço aéreo e plataformas de petróleo frente ameaças à soberania nacional. O espaço geográfico e amostral referenciado neste documento é a Amazônia Azul, com as plataformas petrolíferas e embarcações de apoio. Por meio de uma análise qualitativa com as Guerras Mundiais para mostrar a predominância da concentração adequada dos recursos humanos nos setores de defesa e aptos para o serviço que lhe for cabido. Ao apurar quais serão os óbices para o preparo da mobilização no contexto da vulnerabilidade das infraestruturas críticas - plataformas de petróleo e embarcações de apoio, como exemplo a capacitação acadêmica na área de defesa, conscientização e senso de pertencimento; também chegou-se ao cômputo de cursos acessíveis para sociedade no setor petrolífero, com arcabouço legal adequado para mobilização e pronto uso de qualquer meio que se torne necessário para cada situação de ameaça externa.

Palavras-chave: Mobilização Nacional. Ativos humanos. Marinha Mercante. Plataforma de petróleo. Amazônia Azul.

ABSTRACT

This report aims to surpass the importance of preparing the mobilization of human assets for optimized logistics in times of crisis in the country, whether for the composition of the elasticity of the Armed Forces and also for the maintenance of commercial transport, for the economic power of the State. The Brazil, a continental country with territorial dimensions that exceed 12 million square kilometers, including the expansion of the maritime jurisdictional area of 4.5 million square kilometers, and with a population of 213 million inhabitants (IBGE,2021), must be prepared to rapidly increase the means human and material available to trigger measures to safeguard property, maritime trade lines, airspace and oil platforms against threats to national sovereignty. The geographic and sampling space referenced in this document is the Blue Amazon, with oil platforms and support vessels. Through a qualitative analysis with the World Wars to show the predominance of the adequate concentration of human resources in the defense sectors and capable of the service that is theirs. When investigating what the obstacles will be for preparing the mobilization in the context of the vulnerability of critical infrastructures - oil platforms and support vessels, such as academic training in the area of defense, awareness and a sense of belonging; It also reached the conclusion of courses accessible to society in the oil sector, with an adequate legal framework for mobilization and prompt use of any means that may become necessary for each situation of external threat.

Keywords: National Mobilization. Human assets. Merchant Navy. Oil platform. Amazônia Azul.

¹ Capitão de Cabotagem da Marinha Mercante Brasileira, Mestranda na Escola Superior de Guerra (ESG) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) e pós-graduanda na Escola Superior de Defesa (ESD) no Curso de Logística e Mobilização Nacional.

² Tenente-Coronel do Exército Brasileiro, Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e pós-graduando na ESD no Curso de Logística e Mobilização Nacional.

1 INTRODUÇÃO

A Nação brasileira sofreu perdas nas duas Grandes Guerras, tanto de material quanto de humanos, um dos setores mais abalados foi a Marinha Mercante com seus navios e tripulantes. Diante do fato, percebeu-se a necessidade: (1) de uma reserva naval para composição da Força Naval em tempos de crise; (2) habilitação e capacitação contínua dos ativos humanos (COSTA,2021).

A Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, fora criada com objetivo de estudar os problemas de segurança trazidos pela Segunda Guerra, de forma holística para resolver problemas complexos para a defesa. (VIDEIRA,2019, p.77).

Ainda segundo o Coronel Celente (2019), percebeu-se na época que no Brasil, a segurança não restringia-se somente às questões militares, na esperança de haver pessoas preparadas para diversas funções relevantes no elo estatal.

Atualmente, o Brasil possui uma reserva de cerca de 15 bilhões de barris de petróleo, sendo 95% localizados no mar e destes, 80% depositados na Bacia de Campos. Esses números fazem do País um dos maiores produtores do mundo e o segundo da América do Sul, ficando atrás da Venezuela bruto (SCHOLVIN e outros autores, 2020).

No final da primeira década do século XXI, o Brasil entrou no seleto grupo de exportadores de petróleo bruto (SCHOLVIN, e outros autores, 2020). A proteção e a manutenção deste nobre produto é um desafio para os brasileiros.

Dentre as diretrizes elencadas na Estratégia Nacional de Defesa (END), ressalta -se: a necessidade de aumentar a elasticidade dos ativos humanos e materiais disponíveis para defesa no quesito capacidade de mobilização dos meios.

A Política Nacional de Inteligência (PNI), aprovada pelo Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, elencou 11 (onze) principais ameaças para o Estado brasileiro, dentre elas destacam-se a espionagem, sabotagem, interferência externa, ações contrárias à soberania nacional, ataques cibernéticos e o terrorismo.

Todas estas ameaças podem ser aplicadas no sistema de produção de petróleo e embarcações de apoio. Com isso, percebe-se a vulnerabilidade do setor para manter o perfil energético brasileiro com operações em tempos de crise desses ativos humanos embarcados.

O risco de ameaça estrangeira às plataformas de petróleo não pode ser ignorado. A Organização Marítima Internacional (IMO) emitiu uma Resolução MSC.428 (98) na qual reconhece a ameaça cibernética para o sistema de navegação como uma grande vulnerabilidade a ser sanada por armadores, companhias de navegação e operadores dos equipamentos a bordo, assim como o Código Internacional de Proteção de Navios e

Instalações Portuárias (ISPS Code) foi criado, logo após os atentados de 2001, com o objetivo de estruturar a avaliação de ameaças e de definir ações de proteção apropriadas às embarcações.

Caso ocorra uma ameaça estrangeira no setor petrolífero, é imperativa a aplicação da Lei nº.: 11.631/2007, na qual dispõe sobre a Mobilização Nacional. Faz-se mister a busca pela redução do tempo de resposta de decisão de órgãos do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) diante da possibilidade de mobilização de ativos humanos embarcados nas Plataformas de Petróleo e nas embarcações de apoio. Essa logística aprimorada decorre da proposta de ação do planejamento estratégico para a Defesa na Amazônia Azul.

A Mobilização Nacional, intimamente relacionada com a Defesa Nacional, apresenta características oriundas de lições aprendidas no preparo da mobilização durante as guerras mundiais e da realidade brasileira (GUERESCHI, 2008).

“A administração naval percebeu que a falta de homens mercantes para o contínuo trabalho embarcado e para servir a ambas as Marinhas era um problema. Precisávamos nos adequar à grandeza econômica e territorial” (COSTA, 2021).

O objetivo geral deste relatório de pesquisa é buscar contribuir com a Política de Mobilização Nacional (PMN), baseando-se no Decreto nº.: 7.294/2010, que dispõe sobre a PMN, com os objetivos elencados para o propósito: (1) de incorporação da defesa nacional no setor de transporte e energia; (2) elaborar planos setoriais para implementar cursos, estágios e eventos voltados para capacitação de recursos humanos; (3) promover a formação e o aperfeiçoamento de quadros capazes de conduzir o preparo e a execução da mobilização nacional; (4) planejar o fluxo de transporte aquaviário e dutoviário que garanta a manutenção do abastecimento logístico.

O tema proteção das infraestruturas críticas (plataformas de petróleo e suas embarcações de apoio) é relevante para o Estado, com grande expressão econômica. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o faturamento do setor em 2020 foi de U\$ 55 bilhões de dólares. Esse relatório buscou associar o assunto do petróleo com a mobilização nacional para elasticidade das FA e manutenção do perfil energético brasileiro.

Os objetivos específicos são correlacionados ao preparo da mobilização dos ativos humanos embarcados, como parte do Poder Brando brasileiro na capacitação humana na área de defesa e preparo para alertar: (1) Os ativos humanos embarcados estão preparados, (2) o quê avisar; (3) por que acautelar; (4) a quem comunicar; (5) quando informar; (6) como reportar.

O relatório técnico-científico vislumbra analisar, no âmbito do SINAMOB, a consciência situacional para a necessidade de um preparo de mobilização apropriado, incorporada a dimensão do transporte marítimo no setor petrolífero para a segurança, desenvolvimento e defesa da Amazônia Azul.

A relevância do tema é vinculado à uma governança marítima aprimorada, envolvendo militares à nível estratégico e civis embarcados, na parte operacional.

2 CONTEXTO E SITUAÇÃO-PROBLEMA

Os conflitos têm sofrido mudanças importantes nos últimos anos em virtude de mudanças ocorridas na sociedade e de avanços tecnológicos. A incerteza e complexidade do mundo atual, aliada a inserção de novos atores estatais e não estatais, vem provocando o aumento da importância de todas as expressões do poder na resolução das crises e conflitos, com diminuição do protagonismo do poder militar (BRASIL, 2017, p.2-1).

As ações contra infraestruturas críticas devido suas funções estratégicas para um Estado vêm se tornando cada vez mais comuns e os conflitos do século XXI colocam lado a lado atores estatais e não estatais. A população, antes alheia à dimensão física do combate, torna-se um vetor importante e decisivo nas crises e conflitos recentes.

A END elencou entre suas Capacidades Nacionais de Defesa (CND) a proteção do território e da população brasileira, a fim de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial para dotar o Brasil da capacidade de resposta em situações excepcionais, preservando o funcionamento das funções vitais do Estado (BRASIL, 2016). A integridade do pleno funcionamento da cadeia de produção de petróleo na costa brasileira contribui de sobremaneira para a manutenção da paz social no País.

Para isso, a END apontou ainda como objetivos estratégicos das Forças Armadas, particularmente para a Marinha do Brasil, a negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas, de forma a contribuir para a dissuasão e para a projeção de poder, sem hierarquização de objetivos e de acordo com circunstâncias, dentre elas, a defesa proativa das plataformas petrolíferas (BRASIL, 2016).

Em especial com a adequação da END com estruturação dos sistemas de vigilância nas áreas de interesse (Amazônia Azul) e de controle sobre o território nacional, as águas jurisdicionais brasileiras, o espaço aéreo, o espaço cibernético e outras áreas de interesse (BRASIL, 2016).

No ambiente do Poder Marítimo, um tema sensível é o setor da Amazônia Azul com as plataformas de petróleo. Na concepção da estratégia de defesa, confirma quão importante

para o Estado é o setor de petróleo e gás natural, conforme o texto abaixo:

“O Atlântico Sul é uma área de **interesse geoestratégico** para o Brasil. A proteção dos recursos naturais existentes nas águas, no leito e no subsolo marinho sob jurisdição brasileira é uma prioridade do País. (...). **A exploração e exploração da Amazônia Azul e a utilização das linhas de comunicação marítimas do Atlântico Sul continuarão a ser vitais para o desenvolvimento do Brasil**, exigindo a intensificação das capacidades de prover Segurança Marítima. Para o incremento dessa segurança, é importante a **ampliação de um ambiente de cooperação (...)**”(BRASIL, 2020³, p. 33) (grifo nosso).

Esse texto tem uma perspectiva acadêmica de analisar a habilidade do preparo logístico para aprimorar as Políticas Públicas no tema sobre Defesa Nacional, elencando óbices encontrados para a criação de planos de ação envolvendo atores civis do setor *offshore*, focado nos brasileiros embarcados nas Plataformas de Perfuração/Exploração/Armazenamento e Embarcações de Apoio que podem ser utilizados como recursos do Sistema Nacional de Mobilização.

A Amazônia Azul engloba atores estatais e não estatais, militares e civis, poder público e privado, entes nacionais e internacionais, todos trabalhando em conjunto para um desenvolvimento do Estado, o que também torna esse ambiente complexo e vulnerável.

Ao se falar nos temas: defesa e prosperidade da nação percebemos o poder militar como parte unipolar e o poder econômico, multipolar. São essas relações entre atores transnacionais que atravessam fronteiras fora do controle do governo e inclui diversos atores estatais. (NYE JR, 2011, p.16).

Para isso, o Estado utiliza do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), o qual possui como órgão central o Ministério da Defesa e estrutura-se sob a forma de direções setoriais que responderão pelas necessidades da Mobilização Nacional nas áreas política, econômica, social, psicológica, de segurança e inteligência, de defesa civil, científico-tecnológica e militar (BRASIL, 2008).

O poder inteligente é a combinação do poder duro da coerção e do castigo, juntamente com o poder brando da persuasão. (NYE JR, 2011, p.14). Nesse sentido, dissuadir não implica que, em caso de crise ou conflito, o país tenha que se limitar estritamente à realização de ações de caráter militar, ainda mais em um setor em que o poder econômico e transnacional agrega visibilidade ao Brasil como Poder Marítimo, vinculando sua performance de perfuração e produção de petróleo, gás natural, biocombustível à Amazônia Azul.

No contexto de um plano de mobilização mais amplo de defesa, e a fim de repelir uma eventual agressão, será empregado o Poder Nacional necessário, com vistas à pacificação do conflito no prazo mais curto possível e com um mínimo de danos à integridade e aos

3 A publicação Brasil - Estratégia Nacional de Defesa 2020 está em trâmite no Congresso Nacional.

interesses nacionais, impondo condições favoráveis ao restabelecimento da paz. (BRASIL, 2016).

Portanto, quais são gargalos à nível de poder brando, que devem ser superados para desencadear a atuação do Brasil na mobilização nacional para a área dos operados no Pré-sal? No caso do preparo de uma mobilização nacional de ativos humanos da Marinha Mercante no contexto de paralisação de plataformas de petróleo na Amazônia Azul.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O material usado na construção do texto e da análise são baseados em: (1) do pensador da política internacional, o Dr. Joseph Nye no seu livro intitulado: O Futuro do Poder (2011); (2) Da industrialização militar à mobilização nacional - Uma história do desenvolvimento e da segurança Nacional de autoria do Coronel Celente, usado pela Escola Superior de Guerra; (3) O Petróleo – Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro, cujo autor é Daniel Yergyn; especialista americano em economia e energia, ganhador do prêmio Pulitzer na referida obra; (4) o artigo científico do João Fernando Guerreschi sobre a criação do sistema de mobilização. Essas foram as literaturas revisadas para composição deste relatório.

O referencial documental é fundamentado das informações elencadas nas políticas públicas brasileiras no tema de defesa: (1) Políticas: (1.1) Nacional de Inteligência; (1.2) Mobilização Nacional; (2) Estratégia Nacional de Defesa; (3) Resolução da Organização Marítima Internacional (IMO); (4) Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code) ; (5) a lei que dispõe do Sistema Nacional de Mobilização e (6) o Guia da Política de Governança Pública em vigor.

4 MÉTODO DE PRODUÇÃO TÉCNICA

O objetivo específico deste documento é propor uma reflexão e apresentar soluções para o ambiente marítimo *offshore*⁴, relacionado aos recursos humanos, destacando a vulnerabilidade do setor para o Estado. Por meio de uma análise qualitativa para mostrar quais os óbices encontrados no preparo da mobilização dos ativos humanos embarcados nas plataformas de petróleo e embarcações de apoio. Além de corroborar com a conscientização de defesa marítima no escopo do aprimoramento do poder brando brasileiro.

Para este relatório, as pesquisas bibliográfica e documental foram mecanismos adequados, justamente porque foram complementares. A legislação por tratar da governança

⁴ *Offshore* – Área de extração de petróleo, gás natural e biocombustível no oceano, geralmente afastadas do continente, definição do livro: Petróleo em águas profundas, autor José Mauro de Moraes, 2013.

do Estado para o assunto defesa e não recebe o tratamento científico.

Concomitantemente à governança pública, a pesquisa bibliográfica, no levantamento de artigos científicos, livros e textos acadêmicos na área de proteção, mobilização e plataformas de petróleo. Buscou-se determinar estudos para aprimorar o tema sobre a mobilização nacional de ativos humanos e as peculiaridades operacionais na Amazônia Azul.

5 TIPO DE INTERVENÇÃO E MECANISMOS ADOTADOS

A intervenção utilizada para análise com base documental, foi a pesquisa documental correlacionando as Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END), lei do Sistema de Nacional de Mobilização, normatização geral para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, juntamente com recursos de ativos humanos da Marinha Mercante. O arcabouço jurídico (legislação) e doutrinário (END, PMN, outros documentos da doutrina militar) do Estado ao se tratar da governança marítima na situação de ameaças à soberania nacional nas plataformas de petróleo da Amazônia Azul.

Os métodos adotados para a organização acadêmica, foi a pesquisa bibliográfica em que menciona o tema exploração de petróleo, textos onde o petróleo foi motivo de conflitos e ou guerra, a toria do poder brando, mobilização de seres humanos nacionais e Marinha Mercante. Ao relacionar os assuntos já elencados como fatores essenciais para a obtenção da Segurança Nacional no ambiente marítimo através do Poder Brando, o propósito é desestimular possíveis agressões às plataformas de petróleo e embarcações de apoio que operam na Amazônia Azul, utilizando os ativos humanos capacitados na área de defesa para serem mobiliáveis da Marinha Mercante.

6 RESULTADOS OBTIDOS E ANÁLISE

A Política Nacional de Defesa (PND) define em seus objetivos, a serem alcançados, a mobilização de ativos humanos e a necessidade de incrementar a percepção sobre a importância dos assuntos relacionados à Defesa. Nesse escopo está a qualificação do capital humano, produtos de emprego dual, a ampliação do envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa.

Em análise preliminar sobre o transporte marítimo, a legislação vigente encontrada na qual dispõe sobre a direção civil do transporte marítimo, em situações de tensão internacional ou guerra, informa que o transporte marítimo é de responsabilidade do Ministério dos Transportes (MT), Decreto nº1.052/94 atualmente quem responde é o Ministério da Infraestrutura (Min Inf).

A informação, à primeira vista, poderia ser motivo de discussão entre ministérios (MT x Ministérios da Defesa) mediante ameaça externa, o que pode acarretar maior tempo de resposta, discussão e decisão sobre qual órgão ministerial estaria o comando/controle em caso de tensão internacional (ameaça) ou guerra.

Historicamente o país teve motivos para mobilizar pessoal, no preparo para as Guerras Mundiais, e passou por obstáculos não previstos na época, percebe-se uma lacuna ao se capacitar ativos humanos civis, em tempos de paz, para conscientização de defesa. No setor marítimo-*offshore*, esse esquecimento não pode ocorrer, já que são esses ativos humanos os operadores e mantenedores do perfil energético brasileiro.

Segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) por meio do Painel Dinâmico no site do órgão, só em 2020, os campos petrolíferos forneceram um faturamento de U\$ 55 bilhões de dólares (ANP, 2021).

Por mais que os órgãos controladores/fiscalizadores, tenham aparatos e meios para proteger a área, com submarinos, sistemas de monitoramento via satélite, embarcações armadas. Sem os recursos humanos capazes de operar e preparados para continuar a ação de extrair petróleo e gás em tempos adversos, dificulta manter o perfil energético brasileiro.

“As dificuldades apresentadas pelo Brasil para mobilizar meios, em especial **os recursos humanos**, na guerra da Tríplice Aliança (1864-1869) e na II Guerra Mundial, proveram ensinamentos que germinaram **soluções na atual concepção de mobilização nacional**.” (ALBUQUERQUE, 2019, p.4) (grifo nosso).

É prudente que sejam desenvolvidos estudos e planejamentos para o preparo da mobilização em todos os campos do Poder Nacional, no caso do relatório, no setor offshore e seus ativos humanos embarcados, com o propósito de identificar ações que venham transformar o potencial existente em Poder, com vista ao empregado no caso de agressão estrangeira.

Como a mobilização é uma preocupação da estratégia de defesa, ela requer o gerenciamento de recursos disponíveis, e principalmente preparo desses ativos para melhor usá-los em prol do país. A Lei complementar nº.:97/99, publica de forma clara a importância da elasticidade das Forças Armadas com o ativos natos compondo a reserva das FA sujeitos à mobilização:

“(…)Constituem reserva das Forças Armadas o pessoal sujeito a incorporação, mediante mobilização ou convocação, pelo Ministério da Defesa, por intermédio da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como as organizações assim definidas em lei. (BRASIL, 1999).

Nessa linha de raciocínio, no campo *offshore* – plataformas de petróleo e embarcações de apoio - é importante saber como utilizar os recursos humanos embarcados para viabilizar

uma logística de mobilização buscando implementar uma resposta eficiente e eficaz diante de possível agressão estrangeira.

Ameaças contra plataformas marítimas de petróleo exigem a atuação militar em certo grau para fazer que seja cumprida a lei. É preciso fortificar a logística nacional concomitantemente com o preparo da mobilização (GUERESCHI, 2008).

A situação de mobilizar os recursos humanos nas plataformas e embarcações de apoio, diferente de um conflito clássico militar, afeta o pensamento militar brasileiro por necessitar usar a da legislação em vigor para adequar-se nas percepções e doutrinas coerentes com as peculiaridades marítimas de distância, civis embarcados, reserva naval, meio ambiente entre tantos outros.

Uma alternativa viável para se adequar seria um estudo do plano de como executar as leis e recursos em caso de ameaças, para reduzir o tempo de resposta. É interessante que a legislação esteja alinhada à doutrina de defesa para uma maior agilidade frente ao agressor externo.

As plataformas de petróleo e suas embarcações de apoio, fazem parte da competência do Ministério de Minas e Energia ao operarem os poços brasileiros, assim como essas embarcações offshore e de apoio são de responsabilidade do Ministério da Infraestrutura. As cargas transportadas exercem influência no comércio exterior e abastecimento interno. A tripulação brasileira está sob ordens do Ministério da Defesa pela lei complementar elencada acima e Ministério da Economia (engloba o antigo Ministério do Trabalho).

São atores ministeriais que precisam conversar entre si para um arcabouço jurídico em prol de marco regulatório no quesito consciência situacional na área de defesa para os ativos humanos civis embarcados em plataformas de petróleo e embarcações de apoio.

Com essas percepções dos referenciais teóricos utilizados, no cenário petrolífero brasileiro, acredita-se que um planejamento para uma possível execução de mobilização, como todos embarcados devem se comportar e/ou agir, torna-se vital para os interesses brasileiros no setor petrolífero.

É essencial que esses ativos humanos embarcados conheçam seus papéis em prol do Estado, uma vez que são os atores mais próximos ao local da ação, em uma possível cooperação militar-civil acordada entre defesa nacional / ministérios envolvidos no setor mercantil e mobilização dos civis a bordo.

Abaixo segue alguns óbices encontrados durante a pesquisa:

(1) Lei de Requisições é de antiga, pelo site oficial do Congresso, ainda constam as de 1921 e 1942.

(2) Não tem cursos de capacitação de defesa na área de Marinha Mercante em prol do Estado.

(3) Internacionalmente existe o curso SSO – Oficial de proteção do navio, mas não tem marco regulatório que seja nacional.

(4) Não tem uma Agência Reguladora desses recursos humanos para que seja feita uma base de dados das capacidades e cartas de competência para exercer funções específicas a bordo.

(5) Há ativos humanos nacionais e internacionais a bordo.

(6) Legislação complexa e segmentada no que tange meios da Marinha Mercante.

A percepção da ameaça e reação dos ativos humanos que operam as plataformas de petróleo são fatores decisivos no aprimoramento ou na depreciação da capacidade do Brasil em produzir hidrocarbonetos, produto fundamental para o desenvolvimento nacional.

A forma de recrutamento de recursos humanos, seu emprego nos meios navais de produção de petróleo *offshore* e a formação com controle das reservas mobilizáveis, em caso de necessidade, vão determinar o sucesso ou fracasso quando a nação for chamada a cumprir sua missão constitucional de mobilização. A eficiência da estrutura da logística de defesa depende da recíproca e ampla interação entre civis e militares nos assuntos da PND (WALKER,2015).

Em virtude da falta de artigos científicos afetos ao tema de mobilização dos ativos humanos embarcados, percebe-se uma falta de mentalidade de mobilização, ausência de objetivos claros e precisos, estruturas bem definidas e legislação flexível e abrangente, a mobilização de recursos humanos para compor as plataformas de petróleo é um processo com pouca experiência no preparo: a partir da formação e o cadastramento de reservas aptas, o enquadramento e o controle das reservas, a especificação das especialidades e funções a cumprir, o destino aos efetivos mobilizados e a execução de instrução niveladora aos efetivos mobilizados.

Para defender tal patrimônio, Amazônia Azul, o Brasil buscou incrementar a Marinha com equipamentos de grande poder dissuasório com o submarino de propulsão nuclear. (VERSAL EDITORES, 2014, p 88). Todavia, o submarino protege a área. É preciso também dos atores que operam e mantêm o perfil energético brasileiro e eles compõem a Marinha Mercante.

7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Durante a pesquisa, pode-se inferir sobre a necessidade de difundir a mentalidade da

defesa nacional para os operadores da Marinha Mercante diretamente envolvidos no transporte e energia.

Para isso, é importante implementar planos setoriais voltados à formação, adestramento e mobilização para os atores embarcados nas plataformas de petróleo e embarcações de apoio, diante da consciência situacional do mundo atual repleto de ameaças de ataques terroristas, sabotagem e outras definições que o Estado considere importante para defesa.

O pessoal da Marinha Mercante deve ser capacitado, adestrado e treinado com foco também na defesa, não apenas na navegação marítima e na exploração de petróleo e gás natural. Os ativos humanos embarcados devem estar habilitados em defesa, configurados como recursos mobilizáveis, com objetivo de aumentar rapidamente o sistema elástico do quesito atores duais para a capacidade de mobilização nacional.

Foram identificadas lacunas na legislação e baixo número de pesquisas ou autores abordando a mobilização de ativos humanos da Marinha Mercante, o que torna fundamental o fomento da mentalidade de escrever sobre mobilização, desde a formação dos ativos de pessoal da Marinha Mercante, em sua posição de uso dual como parte da reserva das Forças Armadas com encargos relacionados com a Defesa Nacional, incluindo os Oficiais formados nas Escolas de Formação da Marinha Mercante, mas também os profissionais, não tripulantes, como: biólogos, operadores de planta de exploração, pilotos de robôs aquáticos, operadores de bloco, químicos, etc.

A fim de elevar, rapidamente, o contingente necessário para fazer frente à ameaça em águas jurisdicionais brasileiras, é necessário a conscrição universal voluntária dos recursos humanos da Marinha Mercante, por meio da conscientização, como forma de engajamento da sociedade com mentalidade global e participativa nos assuntos de defesa nacional.

Por fim, somente por meio de exercícios de mobilização e apresentação dos ativos humanos, em parceria com empresas que exploram petróleo e gás natural na costa brasileira, o Brasil estará pronto para atender plenamente aos objetivos da Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa.

Por meio da pesquisa feita, recomenda-se que seja criado cursos de capacitação de acordo com os níveis acadêmicos, nos quais abarquem os ativos humanos da Marinha Mercante e suas categorias, exemplo: marinheiros de convés, máquinas, Oficiais, cozinheiros marítimos, fluviários, pescadores, fiscais, químicos, operadores de ferramentas na plataforma, etc.

Tal formação é na área de logística e mobilização da Marinha Mercante, com objetivo

de saber sobre a elasticidade das FA, estarem habilitados para alertar e saber como alertar, o quê, quando, onde e para quem reportar.

De modo que o Estado possa executar o exercício do poder dissuasório com a manutenção de reservas compatíveis e mobilizáveis, apresentando o fator humano como elemento chave para que o Poder Nacional possa ser mobilizado diretamente como elasticidade das Forças e ou indiretamente para garantir o perfil energético e combustível dos transportes no teatro de operações, sobrevivência da Nação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Romulo Roma Cesar de. **Os desafios da Mobilização Nacional para o Exército Brasileiro: A Mobilização de Recursos Humanos e Logística de Pessoal no sistema de Mobilização do Exército (SIMOEB)**. Trabalho Acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamentos de Oficiais (EsAO), Rio de Janeiro, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: 2018 - Informação e documentação - Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: 2012 - Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento escrito - Apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: 2021 – Informação e Documentação - Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: 2002 – Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10719**: 2015 Informação e documentação – Relatório técnico e/ou científico - Apresentação. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. **Aprova a Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 19 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm. Acesso em 31 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.294, de 06 de setembro de 2010. **Dispõe sobre a Política de Mobilização Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 08 de setembro de 2010.

BRASIL, Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016. **Fixa a Política Nacional de Inteligência**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 30 de junho de 2016.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Manual de Campanha Operações**. 5ª edição. Brasília, 2017.

BRASIL. Lei complementar nº 97/1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a**

organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97compilado.htm. Acesso em 31 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.631/2007. **Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111631.htm. Acesso em 31 out. 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **O Posicionamento da Marinha do Brasil nos Principais Assuntos de Interesse Naval-EMA, 2017.**

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa 2016** – Capítulo 14 Item 1.1.2. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/estrategia-nacional-de-defesa-pdf>. Acesso em 31 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Mobilização Nacional (PMN)**-baseado no Decreto nº 7.294 de 06 set. 2010. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/pmna_politicaa_dea_mobilizacao_nacional.pdf. Acesso em 31 out. 2021.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Painel Dinâmico sobre exploração e produção de petróleo e gás natural.** Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis-dinamicos-da-anp/paineis-dinamicos-sobre-exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/paineis-dinamicos-de-producao-de-petroleo-e-gas-natural>. Acesso em 31 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Governo Federal; **Guia da Política de Governança Pública.** 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica>. Acesso em 31 out. 2021.

CONGRESSO NACIONAL. **Política Nacional de Defesa.** Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf, Páginas: 35,39,63,67 e 73. Acesso em 31 out. 2021.

COSTA, Mannom Tavares da. **A Evolução do Policiamento Aquático Brasileiro de 1808-1945**; DOI: 10.29327/739793; Revista Marítima Brasileira, ISSN 0034-9860 número 07/09, volume 141, p. 155-167. 2021.

COSTA, Mannom Tavares da. **A Evolução do Policiamento Aquático Brasileiro de 1945-1985**; DOI: 10.29327/739737; Revista Marítima Brasileira, ISSN 0034-9860 - Carta de aceite em 23 set. 2021.

GUERESCHI, João Fernando. **A criação do sistema nacional de mobilização.** Revista da Escola Superior de Guerra, V.24, ISSN 0102-1788, i.50; DOI 10.47240. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. 2008.

IMO, **ISPS CODE**, 2008. Disponível em: <https://www.imo.org/en/OurWork/Security/Pages/SOLAS-XI-2%20ISPS%20Code.aspx>. Acesso em 31 out. 2021.

IMO, Resolution MSC. 428 (98), **Maritime Cyber Risk Management in Safety management**

Systems – MSC 98/23/add 1, annex 10 page 1 , aprovado em 16 jun. 2017. Disponível em: [https://wwwcdn.imo.org/localresources/en/OurWork/Security/Documents/Resolution%20MSC.428\(98\).pdf](https://wwwcdn.imo.org/localresources/en/OurWork/Security/Documents/Resolution%20MSC.428(98).pdf). Acesso em 31 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação**, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em 31 out. 2021.

MORAES, José Mauro de. **Petróleo em águas profundas – Uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore**. 2013; Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_petrobras_aguas_profundas.pdf. Acesso em 31 out. 2021.

NYE JR, Joseph S. *The future of Power*. editora: Benvirá, 2011.

SENADO FEDERAL. Decreto nº 1.052, de 04 de fevereiro de 1994. **Dispõe sobre a direção civil do transporte marítimo em situações de tensão internacional ou guerra**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/390787/publicacao/15784864>. Acesso em 31 out. 2021.

SCHOLVIN, S. ;SERRA, M.; FRANÇOSO, M. , BASTOS, P. , MELLO, P. , & BORGES, A. **Densidade, distância, divisão e as redes de produção globais: O caso do setor brasileiro de petróleo e gás**. Economia e Sociedade, 2020.

VERSAL EDITORES. **Submarinos - Defesa e Desenvolvimento para o Brasil**, 2014.

VIDEIRA, Antônio Celente. **Da industrialização militar à mobilização nacional**. Editora Luzes. 2019.

YERGIN, Daniel. **O Petróleo – Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**, 9ª edição; editora: Paz & Terra. 2020.

WALKER, Márcio Saldanha. **A Logística de Defesa Integrada à Sociedade**; Revista Escola de Guerra Naval, V 21, n 1, p: 261-282. Janeiro/jun. Escola Naval, 2015.